



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**

PORTARIA Nº 41/2017- DE 01 de Fevereiro de 2017

Dispõe sobre Revoga e Nomear a Comissão Permanente de Patrimônio e autorizar a fazer Avaliação, Reavaliação (depreciação) e Baixa dos bens Patrimoniais e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Revoga e nomear a Comissão Permanente de Patrimônio Público Municipal, dos bens móveis e imóveis, equipamentos, máquinas em geral da carga patrimonial da Prefeitura Municipal e receber seus proventos de acordo da lei 514/2012.

ARTIGO 2º - A Comissão terá a seguinte composição:

- I. Presidente: **DIONEUSA DA SILVA SANTOS**;
- II. Secretário: **ARISTÓTELES ALVES** ;
- III. Membro: **ANTÔNIO CARLOS CEBALHO DOS SANTOS**.

ARTIGO 3º- A comissão contará com todo o tipo de apoio logístico necessário aos andamentos dos trabalhos.

Parágrafo Único - A Comissão contará com o apoio de todos os Secretários e servidores Municipais.

ARTIGO 4º- Fica Autorizada a Comissão Permanente de Patrimônio deste município a fazer a Avaliação e reavaliação (depreciação) e dar baixa nos bens Patrimoniais da Prefeitura e do Fundo de Previdência - FUNPREV.

ARTIGO 5º - A Comissão de Avaliação e Reavaliação terá como componente além da Comissão Permanente de Patrimônio (Portaria nº016 /2014) os seguintes membros sem ônus:

- **JOSÉ MARIA FLORES FARIAS**
- **REINAN SILVA SOUZA**
- **GILSON GOMES DE SOUZA**

ARTIGO 6º - A baixa de bens permanentes pertencentes ao acervo desta Prefeitura Municipal e do FUNPREV, somente ocorrerá após Avaliação dos bens e mediante Parecer da Comissão de Avaliação, nos casos de:

- I - furto/roubo;
- II - extravio;
- III – imprestáveis/ inservível;
- IV - alienação;
- V - em desuso;
- VI - inclusão indevida;
- VII – obsolescência.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

Parágrafo único - Nos casos de furto, roubo ou extravio, a Secretaria de Administração juntamente com o Setor de Patrimônio deverá adotar as ações administrativas para apuração de responsabilidades, visando aplicar as penalidades administrativas.

ARTIGO 7º - Esta Portaria **REVOGA A PORTARIA Nº 16/2017 DE 03/01/17**, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE PREFEITO MUNICIPAL
São José do Povo, 01 de Fevereiro de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DOS SANTOS
Prefeito Municipal